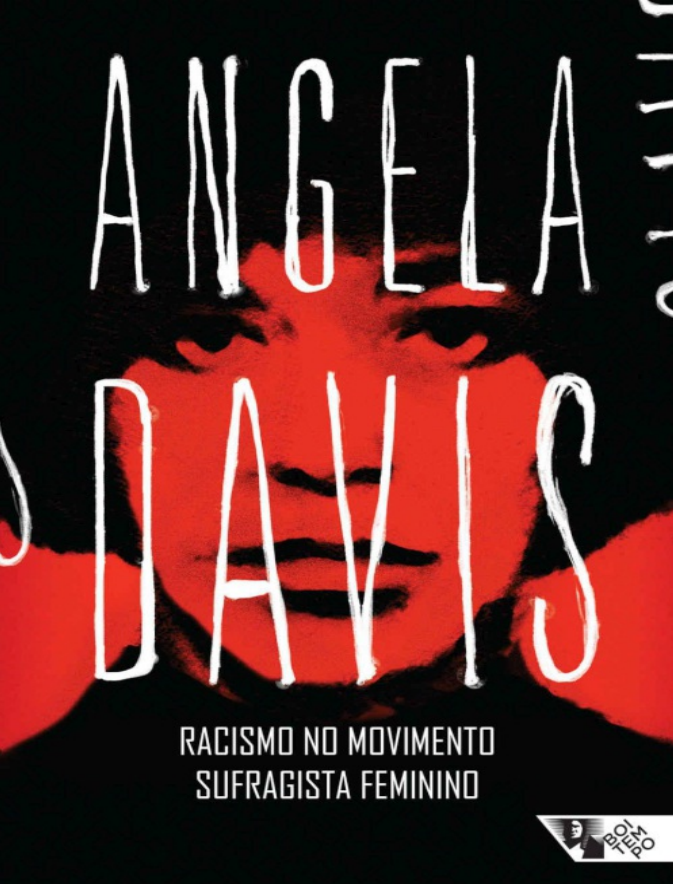




ANGELA

DAVIS

RACISMO NO MOVIMENTO
SUFragISTA FEMININO







Sobre a autora

Angela Davis é filósofa, professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e ícone da luta pelos direitos civis. Como ativista, integrou o grupo Panteras Negras e o Partido Comunista dos Estados Unidos. Foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha "Libertem Angela Davis". Foi candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Autora de vários livros, sua obra é marcada por um pensamento que visa romper com as assimetrias sociais.

Angela Davis

**RACISMO
NO MOVIMENTO
SUFRAGISTA FEMININO**

**Capítulo do livro
Mulheres, raça e classe**



Help
Weight
Build
Hair
Occupation:
Scars and Marks:

2 born Jan 26, 19
5
14 pounds
Small
Teacher
Small scars on both knees

mi
Eye
Co
Race:
Nationa

Fingerprint Classification: 4 M 5 Ua 6
1 17 U



own
ght brown
gro
merican

NOTAS DA EDIÇÃO

Este e-book foi extraído da obra *Mulheres, raça e classe*. Publicado originalmente em 1981, este livro contém algumas referências a lugares, fatos e eventos que podem não existir mais nos dias que correm (como o apartheid na África do Sul, à época ainda em vigor).

Os colchetes explicativos ou com traduções ao longo do texto são da edição brasileira; aqueles em citações, tanto os de supressões como os de acréscimos, são da autora.

OUT OF S.E. AS

MASS.-BOSTON

M.C.

FREE
ANGELA
DAVIS!

NO RACISM

SAILORS

GREAT





RACISMO NO MOVIMENTO SUFRAGISTA FEMININO

Embora esta seja uma questão sobre a qual os políticos ainda vão se desentender por cinco ou dez anos, o homem negro continua, de um ponto de vista político, muito acima das mulheres brancas instruídas dos Estados Unidos. As mulheres mais representativas da nação deram o melhor de si nos últimos trinta anos para garantir liberdade para o negro; e, enquanto ele ocupou o ponto mais baixo da escala dos seres, nós estivemos dispostas a defender suas reivindicações; mas

agora que o portão celestial dos direitos civis move lentamente suas dobradiças, uma questão séria que se coloca é se agimos bem ao nos afastarmos para ver "Sambo" ser o primeiro a entrar no reino. Como a autopreservação é a primeira lei da natureza, não teria sido mais inteligente manter nossas lamparinas prontas e acesas, para que quando a porta constitucional se abrisse nós nos aproveitássemos dos braços fortes e dos uniformes azuis dos soldados negros para entrarmos ao seu lado, tornando, desse modo, a passagem tão larga que nenhuma classe privilegiada conseguiria fechá-la novamente às cidadãs e aos cidadãos mais humildes da república?

"Chegou a hora do negro." Temos garantia de que, assim que ele estiver protegido em todos os seus direitos inalienáveis, não será um poder a mais para nos deter? Não ouvimos "cidadãos negros do sexo

masculino” dizendo que acreditavam não ser inteligente estender o direito de sufrágio às mulheres? Por que deveriam os africanos se mostrar mais justos e generosos do que seus colegas anglo-saxões? Se os 2 milhões de mulheres negras do Sul não têm assegurados seus direitos individuais, de propriedade, de receber salários e de manter suas crianças, sua emancipação não é nada mais do que outra forma de escravidão. Na verdade, é melhor ser escrava de um homem branco instruído do que de um infame negro ignorante [...].^[1]

Essa carta, enviada ao editor do New York Standard e datada de 26 de dezembro de 1865, foi escrita por Elizabeth Cady Stanton. Tais ideias, indiscutivelmente racistas, indicam que a compreensão de Stanton a respeito da

relação entre a batalha pela libertação negra e a luta pelos direitos das mulheres era, na melhor das hipóteses, superficial. Ao que tudo indica, ela estava determinada a impedir o progresso da população negra – de ninguém menos que “Sambo” – se isso significasse que as mulheres brancas deixariam de usufruir dos benefícios imediatos desse progresso.

A linha de raciocínio oportunista e lamentavelmente racista da carta de Stanton ao Standard levanta sérias questões sobre a proposta de unir a causa das mulheres com a causa negra, apresentada no primeiro encontro realizado para debater os direitos das mulheres desde o início da Guerra Civil.

As delegadas presentes à convenção, que aconteceu na cidade de Nova York, em maio de 1866, decidiram criar a Associação pela Igualdade de Direitos, incorporando as lutas pelos sufrágios das mulheres e da população negra em uma única campanha. Muitas dessas delegadas, sem dúvida, compreendiam a premente necessidade de união – o tipo de união que traria benefícios mútuos tanto para a causa da população negra quanto para a das mulheres. Susan B. Anthony, por exemplo, insistia que era preciso “ampliar nossa plataforma dos direitos das mulheres para que seu nome refletisse aquele que sempre havia sido seu espírito – uma plataforma por

direitos humanos”[2]. Ainda assim, a influência do racismo nas atividades da convenção era inequívoca. Em um dos principais discursos à assembleia, o conhecido abolicionista Henry Ward Beecher afirmou que as reivindicações pelo sufrágio feitas pelas mulheres brancas nascidas nos Estados Unidos e instruídas eram muito mais convincentes do que as da população negra e dos imigrantes, a quem ele descrevia de um modo obviamente depreciativo:

Agora, coloquem esse grande exército de mulheres refinadas e cultas de um lado; do outro, a crescente massa de africanos emancipados e, à frente dela, o numeroso bando de imigrantes da Ilha Esmeralda

[Irlanda]. Há força suficiente em nosso governo para tornar segura a concessão do direito de voto a africanos e irlandeses? Há. Nós lhe daremos essa força. Se fizermos isso, perderemos nossa força? E deveríamos nos dirigir à melhor e mais honrada parcela de nossa sociedade, a quem devemos o fato de sermos civilizados; nossas professoras; nossas companheiras; a quem recorreremos, mais do que a quaisquer outras pessoas, em busca de conselhos para os problemas; a quem confiamos tudo o que nos é mais caro — o bem-estar de nossas crianças, nossa família, nossa propriedade, nosso nome e nossa reputação e, o que é mais profundo, nossa vida interior, algo que um homem não pode compartilhar com mais de uma pessoa —, deveríamos nos dirigir a elas e dizer que, "afinal de contas, elas não estão aptas a votar onde os irlandeses votam e onde os africanos votam"? [...]

Eu digo [...] é mais importante as mulheres poderem votar do que os negros poderem votar.^[3]

A declaração de Beecher revela o profundo vínculo ideológico entre racismo, viés de classe e supremacia masculina, uma vez que as mulheres brancas que ele enaltece são descritas na linguagem dos estereótipos sexistas dominantes.

No primeiro encontro anual da Associação pela Igualdade de Direitos, em maio de 1867, Elizabeth Cady Stanton reverberou fortemente o argumento de Henry Ward Beecher de que era muito mais importante que as mulheres (isto é, as mulheres brancas

anglo-saxãs) recebessem o direito ao voto do que os homens negros.

Com o homem negro, não teremos nenhum elemento novo no governo, mas, com a educação e a distinção das mulheres, teremos um poder que consiste em conduzir a raça anglo-saxã rumo a uma vida superior e mais nobre e, assim, pela lei da atração, elevar todas as raças a um patamar mais justo do que aquele que seria alcançado na situação de isolamento político dos sexos. [4]

A questão principal dessa convenção era a iminente extensão do direito de voto aos homens negros – e se as pessoas que defendiam os direitos das mulheres estavam dispostas a apoiar o sufrágio negro mesmo se as mulheres não

obtivessem tal direito ao mesmo tempo. Elizabeth Cady Stanton e outras mulheres acreditavam que, como a emancipação havia, a seus olhos, "igualado" a população negra às mulheres brancas, o voto tornaria os homens negros superiores a elas. Por isso, se opunham ferrenhamente ao sufrágio negro. Ainda assim, havia quem entendesse que a abolição da escravidão não extinguiu a opressão econômica sobre a população negra, que, portanto, necessitava particular e urgentemente de poder político. Ao discordar da lógica de Stanton, Abby Kelley Foster colocou a seguinte pergunta:

Temos nós uma percepção verdadeira de justiça? Não estaríamos anestesiadas para o sentimento de bondade com nosso semelhante se desejássemos adiar sua garantia contra os sofrimentos presentes e a futura servidão até que a mulher conquiste direitos políticos?^[5]

Quando a Guerra Civil irrompeu, Elizabeth Cady Stanton impeliu suas colegas feministas a dedicar toda sua energia durante os anos de conflito à campanha antiescravagista. Depois, ela afirmou que as defensoras dos direitos das mulheres haviam cometido um erro estratégico ao se subordinarem à causa abolicionista. Referindo-se, em suas *Reminiscences* [Reminiscências], aos "seis anos em que [as mulheres]

deixaram as próprias reivindicações em suspenso a favor daquelas dos escravos do Sul”^[6], ela admitiu que as mulheres foram muito elogiadas nos círculos republicanos por seu ativismo patriótico. “Mas quando os escravos foram emancipados”, lamentou ela, “[...] e essas mulheres pediram para ser reconhecidas, durante o período da Reconstrução, como cidadãs da República, iguais perante a lei, todas essas elevadas virtudes evaporaram feito o orvalho sob o sol da manhã”^[7].

De acordo com Elizabeth Cady Stanton, a lição a ser tirada da experiência das mulheres (isto é, mulheres brancas) durante a Guerra

Civil era a de que elas nunca deveriam "trabalhar para auxiliar o homem em seus propósitos e exaltar o sexo dele acima do seu"[8].

Havia um poderoso fator de ingenuidade política na análise feita por Stanton a respeito das condições vigentes no fim da guerra, o que significava que ela estava mais vulnerável do que nunca à ideologia racista. Assim que o Exército da União venceu os inimigos dos estados Confederados, ela e suas companheiras insistiram para que o Partido Republicano as recompensasse por seus esforços de guerra. A retribuição que exigiam era o sufrágio feminino – como se houvesse sido feito um acordo; como

se as defensoras dos direitos das mulheres tivessem lutado para derrotar a escravidão sabendo que seu prêmio seria o voto.

Os republicanos, claro, não apoiaram o sufrágio feminino depois que a União venceu. Mas não exatamente porque eram homens, e sim porque, como políticos, estavam em débito com os interesses econômicos dominantes da época. Na medida em que o confronto militar entre o Norte e o Sul foi uma guerra para derrotar a classe escravocrata do Sul, foi também uma guerra conduzida basicamente pelos interesses da burguesia do Norte, isto é, de jovens e entusiasmados capitalistas industriais

que encontraram sua voz política no Partido Republicano. Os capitalistas do Norte almejavam o controle econômico sobre toda a nação. Sua luta contra a escravocracia do Sul não significava, portanto, que apoiassem a libertação de mulheres negras e homens negros enquanto seres humanos.

Se o sufrágio feminino não estava incluído na agenda do Partido Republicano para o pós-guerra, os direitos políticos inatos da população negra também não faziam parte das reais preocupações desses políticos vitoriosos. O fato de eles admitirem ser necessário estender o voto aos homens negros então emancipados no Sul não significava que

favoreciam os homens negros em detrimento das mulheres brancas. O sufrágio do homem negro – como explicitado nas propostas da décima quarta e da décima quinta emendas constitucionais, apresentadas pelos republicanos – era uma jogada tática pensada para garantir a hegemonia política do Partido Republicano no caos do Sul após a guerra. O líder republicano no Senado, Charles Sumner, havia sido um entusiasmado defensor do sufrágio feminino até que o período do pós-guerra provocou uma súbita mudança em sua postura. A extensão do voto às mulheres, ele insistia então, era uma demanda

"inoportuna"[9]. Em outras palavras, "os republicanos não queriam que nada interferisse na conquista de 2 milhões de votos dos homens negros para seu partido"[10].

Quando os republicanos ortodoxos contestaram a reivindicação pelo sufrágio feminino no pós-guerra com o slogan "Chegou a hora do negro", eles estavam, na verdade, dizendo em silêncio "Chegou a hora de mais 2 milhões de votos para nosso partido". Contudo, Elizabeth Cady Stanton e suas seguidoras parecem ter acreditado que era "a hora do sexo masculino" e que os republicanos estavam dispostos a estender aos homens negros todos os

privilégios da supremacia masculina. Na Convenção pela Igualdade de Direitos de 1867, quando foi questionada por um representante negro se apoiaria a extensão do voto aos homens negros mesmo que as mulheres não se tornassem eleitoras também, ela respondeu: "Digo que não; eu não confiaria a ele meus direitos; desvalorizado, oprimido, ele poderia ser mais despótico do que nossos governantes anglo-saxões já são [...]"[11].

O princípio de unidade subjacente à criação da Associação pela Igualdade de Direitos era, sem dúvida, irrepreensível. O fato de Frederick Douglass ter

concordado em dividir a vice-presidência com Elizabeth Cady Stanton (junto a Lucretia Mott, eleita presidenta da associação) simbolizava a seriedade dessa busca por união. Ainda assim, parece que Stanton e algumas de suas companheiras infelizmente percebiam a organização como um meio de garantir que os homens negros não receberiam o direito de voto a menos e até que as mulheres brancas também o obtivessem. Quando a Associação pela Igualdade de Direitos decidiu se mobilizar pela aprovação da décima quarta emenda — que condicionava a partilha de representantes no Congresso ao número de cidadãos do sexo masculino

impedidos de votar nas eleições federais —, essas mulheres brancas se sentiram profundamente traídas. Depois que a associação votou a favor do apoio à décima quinta emenda — que proibia o uso de raça, cor e situação prévia de servidão como bases para negar o direito de voto aos cidadãos —, o atrito interno irrompeu na forma de uma aberta e ruidosa luta ideológica. Nas palavras de Eleanor Flexner:

A indignação [de Stanton] e a da srta. Anthony não tinham limites. Esta fez uma promessa: "Corto fora meu braço direito antes de colaborar ou de pedir pelo voto para os negros, e não para as mulheres". A sra. Stanton fez referências depreciativas a "Sambo" e à concessão do voto a "africanos,

chineses e todos os estrangeiros ignorantes assim que chegam à costa". Ela alertou que a defesa do sufrágio masculino pelos republicanos "cria um antagonismo entre homens negros e todas as mulheres que culminará em temerosas atrocidades contra a condição da mulher, especialmente nos estados do Sul".^[12]

Se as críticas à décima quarta e à décima quinta emendas externadas pelas líderes do movimento pelos direitos das mulheres eram justificáveis ou não é algo a ser discutido. Mas uma coisa parece clara: na defesa dos próprios interesses enquanto mulheres brancas de classe média, elas explicitavam — frequentemente de modo egoísta e elitista — seu relacionamento fraco e

superficial com a campanha pela igualdade negra do pós-guerra. Aprovadas, as duas emendas excluíam as mulheres do novo processo de extensão do voto e, dessa forma, foram interpretadas por elas como prejudiciais aos seus objetivos políticos. Com a aprovação, elas sentiam possuir razões tão fortes a favor do sufrágio quanto os homens negros. No entanto, ao articular sua oposição com argumentos que evocavam os privilégios da supremacia branca, demonstravam o quanto permaneciam indefesas — mesmo após anos de envolvimento em causas progressistas — contra a perniciosa influência ideológica do racismo.

Tanto Elizabeth Cady Stanton quanto Susan B. Anthony interpretaram a vitória da União como a real emancipação de milhões de pessoas negras que haviam sido vítimas da escravocracia sulista. Elas presumiram que a abolição do sistema escravagista elevava a população negra a uma posição comparável, em quase todos os aspectos, àquela das mulheres brancas de classe média na sociedade estadunidense: "[Com] a abolição e a Lei dos Direitos Civis^[a], o negro e a mulher passaram a ter a mesma situação política e social, faltando a ambos apenas o voto"^[13].

A suposição de que a emancipação tornava os ex-escravos iguais às

mulheres brancas – sendo que os dois grupos precisavam conquistar o voto para completar sua igualdade social – ignorava a total precariedade da recém-conquistada “liberdade” da população negra após a Guerra Civil. Embora as correntes da escravidão tivessem sido rompidas, a população negra ainda sofria as dores da privação econômica e enfrentava a violência terrorista de gangues racistas, cuja intensidade não se comparava nem mesmo à da escravidão.

Na opinião de Frederick Douglass, a abolição da escravatura se cumpria de forma apenas nominal. A vida cotidiana da população negra do Sul ainda exalava o cheiro desagradável da escravidão. SÓ

havia uma maneira, afirmava Douglass, de consolidar e garantir a nova condição de "liberdade" das pessoas negras no Sul: "A escravidão não terá sido abolida até que o homem negro possa votar"^[14]. Essa era a base de sua insistência para que a luta pelo sufrágio negro se tornasse, naquele momento histórico particular, uma prioridade estratégica em relação aos esforços pela conquista do voto para as mulheres. Frederick Douglass enxergava o voto como uma arma indispensável que poderia completar o processo inacabado de pôr fim à escravidão. Quando ele argumentava que o sufrágio feminino era momentaneamente menos urgente

do que a extensão do voto aos homens negros, ele definitivamente não estava defendendo a superioridade do homem negro. Embora Douglass não fosse de maneira alguma imune à influência da ideologia da supremacia masculina, e apesar de as formulações polêmicas de seus discursos frequentemente deixarem algo a desejar, a essência de sua teoria sobre o sufrágio negro como uma prioridade estratégica não era em nada contra as mulheres.

Frederick Douglass afirmava que, sem o direito ao voto, a população negra no Sul seria incapaz de alcançar qualquer avanço econômico.

Sem o voto eletivo, o negro permanecerá praticamente um escravo. A posse do indivíduo foi abolida; mas, se reintegrarmos os estados do Sul sem essa medida [i.e., sem o direito de voto], estaremos consolidando a posse dos negros pela comunidade na qual eles vivem.^[15]

A necessidade de derrotar a contínua opressão econômica do pós-guerra não era o único motivo da reivindicação especialmente urgente da população negra pelo direito de voto. A violência indecorosa — perpetuada por gangues encorajadas por quem buscava obter lucro com a mão de obra de ex-escravos —, sem dúvida, continuaria, a menos que a população negra conquistasse poder político. Em um dos primeiros

debates entre Frederick Douglass e as defensoras do sufrágio feminino na Associação pela Igualdade de Direitos, ele insistiu que o sufrágio negro tivesse precedência porque, "para nós, ser privado do direito de voto significa Nova Orleans, significa Memphis, significa Nova York com suas gangues"^[16].

Os tumultos em Memphis e Nova Orleans aconteceram em maio e julho de 1866 – menos de um ano antes do debate entre Douglass e as mulheres brancas. Uma comissão de congressistas ouviu o seguinte testemunho de uma ex-escrava que foi vítima da violência em Memphis:

Vi quando eles mataram meu marido; [...] ele levou um tiro na cabeça enquanto estava de cama, doente [...] eram uns vinte ou trinta homens que entraram em casa [...] fizeram ele se levantar e sair pela porta [...] perguntaram se ele havia sido soldado [na Guerra Civil] [...]. Então, um deles deu um passo para trás, [...] colocou a arma na cabeça dele e disparou três vezes; [...] quando meu marido caiu, ele ainda se arrastou um pouco, e parecia que tentava voltar para dentro de casa; então eles disseram que, se ele não morresse logo, atirariam de novo.^[17]

Tanto em Memphis como em Nova Orleans, a população negra e alguns extremistas brancos foram assassinados e feridos. Durante os dois massacres, as gangues que incendiaram escolas, igrejas

e casas também estupraram, individualmente ou em grupo, as mulheres negras que cruzaram seu caminho. Esses dois ataques no Sul haviam sido prenunciados pelos atos violentos de Nova York, em 1863, instigados pelas forças do Norte favoráveis à escravidão e contrárias ao alistamento de negros pelo Exército da União, que tiraram a vida de cerca de mil pessoas^[18].

Diante da violência e do terror generalizados sofridos pela população negra no Sul, a insistência de Frederick Douglass de que a urgência do povo negro em obter poder político era maior do que a das mulheres brancas de classe

média era lógica e convincente. A população de ex-escravos ainda estava presa à luta pela sobrevivência – e, aos olhos de Douglass, apenas o voto poderia garantir-lhes a vitória. Em oposição a isso, as mulheres brancas de classe média, cujos interesses eram representados por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, não podiam alegar que sua vida sofria ameaças físicas. Elas não estavam, como os homens negros e as mulheres negras do Sul, envolvidas em uma guerra concreta por libertação. Efetivamente, para as pessoas negras do Sul, a vitória da União não significava que a violência da guerra havia sido totalmente contida.

Como W. E. B. Du Bois observou:

É sempre difícil parar uma guerra, e duas vezes mais difícil parar uma guerra civil. É inevitável, quando homens foram longamente treinados para exercer a violência e matar, que esse hábito se projete sobre a vida civil, depois do armistício, e que haja crime, desordem e sublevação social.^[19]

De acordo com Du Bois, muitos analistas da situação do pós-guerra perceberam que "a população do Sul parecia ter transferido sua ira contra o governo federal para as pessoas de cor"^[20].

Em Alabama, Mississippi e Louisiana, dizia-se em 1866: "A vida de um negro não vale grande coisa aqui. Vi um que levou um tiro

na perna enquanto montava em uma mula porque o agressor achou que daria mais trabalho pedir para ele descer do que atirar".^[21]

No que diz respeito à população negra do Sul no pós-guerra, prevalecia um estado de emergência. O argumento de Frederick Douglass em favor do sufrágio negro era baseado em sua insistência de que o voto era uma medida emergencial. Embora ele possa ter sido ingênuo em relação à potência do voto no interior do Partido Republicano, não tratava a questão do sufrágio negro como um jogo político. Para Douglass, o voto não era um meio para garantir a hegemonia do Partido Republicano no Sul. Era

basicamente uma medida de sobrevivência — um meio de garantir a vida da massa de seu povo.

As líderes do movimento pelos direitos das mulheres do período pós-guerra tendiam a ver o voto como um fim em si mesmo. Já em 1866 parecia que qualquer pessoa que defendesse a causa do sufrágio feminino, por mais racistas que fossem seus motivos, era uma aliada valiosa para a campanha das mulheres. Nem mesmo Susan B. Anthony percebeu a evidente contradição da defesa do sufrágio feminino por um congressista que se autodeclarava defensor da supremacia branca. Para o profundo pesar de Frederick Douglass,

Anthony elogiou publicamente o congressista James Brooks, que havia sido editor de um jornal pró-escravatura^[22]. Embora seu apoio ao sufrágio feminino fosse claramente um movimento tático para deter o apoio dos republicanos ao sufrágio negro, Brooks foi louvado de modo entusiasmado por Susan Anthony e suas aliadas.

Ao representar os interesses da classe de ex-proprietários de escravos, o Partido Democrata procurava impedir a extensão do voto à população negra masculina do Sul. Por isso, muitos líderes democratas defendiam o sufrágio feminino como uma medida calculada contra seus oponentes republicanos.

Conveniência era o lema desses democratas, cuja preocupação com a igualdade das mulheres estava imbuída da mesma desonestidade presente no alardeado apoio dos republicanos ao sufrágio do homem negro. Se Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony tivessem analisado com mais cuidado a situação política do período pós-Guerra Civil, talvez se mostrassem menos dispostas a associar sua campanha sufragista ao famoso George Francis Train. "Primeiro a mulher, por último o negro, eis meu programa"^[23] – era o slogan desse democrata descaradamente racista. Quando Stanton e Anthony conheceram Train durante a campanha

sufragista no Kansas, em 1867, ele se ofereceu para pagar todos os custos de uma série de conferências de que os três participariam. "A maioria de nossas companheiras considerou aquilo um grave equívoco", escreveu Elizabeth Cady Stanton, "mas o resultado se mostrou outro. O sr. Train estava então em sua melhor forma – um cavalheiro no modo de vestir e no comportamento, não fumava, não mascava tabaco, não bebia nem se empanturrava. Ele era um orador e um ator eficaz [...]"^[24]. George Francis Train também era descrito como um "bufão disparatado e semilunático"^[25], como Stanton admite em sua obra *Reminiscences*.

"Ele é tão destituído de princípios quanto de bom-senso [...] Pode ser útil para cativar a plateia, mas um canguru, um gorila ou um hipopótamo também seriam." [26] Essa era a opinião de William Lloyd Garrison, cuja avaliação de Train era compartilhada por figuras como Lucy Stone e Henry Blackwell. Mas Stanton e Anthony estavam desesperadas por apoio e, como Train estava disposto a ajudá-las, elas o receberam de braços abertos. Com o amparo financeiro que ele ofereceu, elas fundaram um jornal que – por insistência dele – foi chamado de Revolution [Revolução]. A publicação lançou o mote – também por insistência

dele – “Homens, seus direitos e nada a mais; mulheres, seus direitos e nada a menos”^[27].

Quando a Equal Rights Association [Associação pela Igualdade de Direitos; ERA, na sigla original] realizou sua convenção de 1869, a décima quarta emenda – com sua implicação de que apenas cidadãos do sexo masculino estavam incondicionalmente habilitados a votar – já havia sido aprovada. A décima quinta emenda – proibindo a privação do direito ao voto com base em raça, cor ou condição prévia de servidão (mas não com base no sexo!) – estava prestes a se tornar lei. Na agenda dessa convenção da ERA estava o endosso à

décima quinta emenda. Uma vez que as principais defensoras do sufrágio feminino se opunham de modo fervoroso a esse posicionamento, estava claro que uma cisão era inevitável. Embora delegadas e delegados admitissem que aquele provavelmente seria o último encontro da associação, Frederick Douglass fez um apelo de última hora às suas irmãs brancas:

Quando as mulheres, por serem mulheres, forem arrastadas para fora de casa e enforcadas nos postes de iluminação; quando suas crianças forem arrancadas de seus braços e seu crânio for esfaqueado na calçada; quando elas forem alvo de insultos e atrocidades o tempo todo; quando correrem o risco de ter o teto sobre sua cabeça

incendiado; quando suas filhas e filhos não puderem frequentar a escola; então elas terão [a mesma] urgência em poder votar. [28]

Por mais ríspido e polêmico que fosse tal raciocínio, havia nele uma lucidez inequívoca. As imagens vívidas dessas palavras mostravam que as ex-escravas e ex-escravos sofriam uma opressão que diferia, em essência e em brutalidade, dos constrangimentos impostos às mulheres brancas de classe média.

Ao defender o endosso da ERA à décima quinta emenda, Frederick Douglass não aconselhava seus aliados a desprezarem por completo a causa do sufrágio feminino. Pelo contrário, a resolução submetida por ele evocava de

forma entusiasmada a ratificação da "extensão do sufrágio a todas as classes até agora privadas do direito ao voto, como um encorajamento do triunfo de nossa ideia como um todo"[29]. Douglass vislumbrava a aprovação da décima quinta emenda como "a realização de metade de nossas reivindicações"[30] e como a base para ativar "nossa energia para assegurar mais emendas que garantam os mesmos direitos invioláveis sem restrição de sexo"[31].

Dois anos antes, Sojourner Truth possivelmente teria feito oposição ao posicionamento de Frederick Douglass. Na convenção de 1867 da ERA, ela

havia sido contra a ratificação da décima quarta emenda porque, na prática, negava às mulheres negras o direito ao voto:

Há uma grande comoção com respeito aos homens de cor conquistando seus direitos, mas nem uma palavra é dita sobre as mulheres de cor; e se os homens de cor conseguirem seus direitos, mas as mulheres de cor não conseguirem os delas, percebam que os homens negros serão superiores às mulheres, e isso será tão nocivo quanto era antes.^[32]

Na última convenção da Associação pela Igualdade de Direitos, em 1869, Sojourner Truth havia percebido o perigoso racismo subentendido na

oposição das feministas ao sufrágio dos homens negros. Nas palavras de Frederick Douglass, a posição das aliadas de Stanton e Anthony era a de que "nenhum negro deve ter direito ao voto se a mulher não o tiver"[33]. Quando Sojourner Truth insistiu que, "se você colocar uma mulher como isca no anzol do sufrágio, você certamente pescará um homem negro"[34], expressou mais um sério alerta sobre a influência ameaçadora da ideologia racista.

O apelo de Frederick Douglass à unidade em torno da ratificação da décima quinta emenda também tinha o apoio de Frances E. W. Harper. Essa excepcional poeta negra e importante

defensora do sufrágio feminino insistia que a extensão do voto aos homens negros era importante demais para que todo seu povo arriscasse perdê-la em um momento tão crítico. "Quando se tratava de uma questão racial, ela deixava a questão menor do sexo de lado." [35]

Em seu discurso na Última convenção da Associação pela Igualdade de Direitos, Harper fez um apelo a suas irmãs brancas para apoiar a luta de seu povo por libertação.

Como mulheres, Frances E. W. Harper e Sojourner Truth eram minoria em relação às que não haviam sido persuadidas pelo clamor de Frederick Douglass a favor de união. Elizabeth

Cady Stanton e Susan B. Anthony estavam entre aquelas que, com sucesso, argumentaram pela dissolução da Associação pela Igualdade de Direitos. Pouco depois, elas criaram a Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino. Favoráveis à ratificação da décima quinta emenda na ERA, Lucy Stone e seu marido, ao lado de Julia Ward Howe, fundaram a Associação Estadunidense pelo Sufrágio Feminino.

A dissolução da Associação pela Igualdade de Direitos pôs fim à tênue, embora potencialmente poderosa, aliança entre os movimentos de libertação negra e de libertação feminina. Para fazer justiça a líderes feministas

como Stanton e Anthony, é preciso dizer que os ex-abolicionistas homens da ERA nem sempre foram defensores notórios da igualdade sexual. De fato, alguns dos dirigentes da associação eram intransigentes em sua defesa da supremacia masculina. O líder negro George Downing realmente queria briga quando disse que era nada menos do que a vontade de Deus que os homens dominassem as mulheres^[36]. Embora o sexismo de Downing fosse totalmente imperdoável, a reação racista de Elizabeth Cady Stanton não foi menos injustificável:

Quando o sr. Downing me faz a pergunta:

você está disposta a ver o homem de cor obter o direito ao voto antes das mulheres?, eu digo que não; eu não confiaria a ele meus direitos; desvalorizado, oprimido, ele poderia ser mais despótico do que nossos governantes anglo-saxões já são. Se as mulheres ainda devem ser representadas pelos homens, então eu digo: deixemos apenas o tipo mais elevado de masculinidade assumir o leme do Estado. [37]

Embora os homens negros da ERA não pudessem alegar possuir um passado imaculado enquanto defensores da igualdade das mulheres, declarações como a de Downing não justificavam concluir que os homens negros seriam em geral mais "despóticos" em relação às mulheres do que seus congêneres

brancos. Além disso, o fato de que os homens negros também poderiam demonstrar atitudes sexistas estava longe de ser um motivo legítimo para interromper o progresso de toda a luta pela libertação negra.

Até mesmo Frederick Douglass era, às vezes, acrítico em relação aos estereótipos e clichês predominantemente associados às mulheres. Mas suas observações eventualmente sexistas jamais eram tão opressivas a ponto de diminuir a importância de suas contribuições à luta pelos direitos das mulheres em geral. Na avaliação de qualquer pessoa que estude história, Frederick Douglass continua

sendo o principal homem que atuou na defesa da emancipação das mulheres em todo o século XIX. Se ele merece qualquer crítica séria por sua conduta na polêmica em torno da décima quarta e da décima quinta emendas, isso não se deve tanto ao seu apoio ao sufrágio do homem negro, mas sim à sua fé aparentemente cega no poder do voto no interior do Partido Republicano.

Claro, a população negra realmente precisava do voto — ainda que a atmosfera política predominante impedisse que as mulheres (tanto negras quanto brancas) obtivessem esse direito simultaneamente. E a década da Reconstrução Radical no Sul, que se

apoiava na recente extensão do voto ao negro, foi uma era de progresso sem precedentes – tanto para os ex-escravos quanto para a população branca pobre. Mesmo assim, o Partido Republicano basicamente se colocava contra as demandas revolucionárias da população negra no Sul. Assim que os capitalistas do Norte estabeleceram sua hegemonia no Sul, o Partido Republicano – que representava os interesses capitalistas – colaborou na sistemática destituição do direito de voto da população negra sulista. Embora Frederick Douglass tenha sido o mais brilhante defensor da libertação negra do século XIX, ele não entendeu de forma plena a fidelidade

capitalista do Partido Republicano, para quem o racismo se tornou tão conveniente quanto o estímulo inicial ao sufrágio negro. A verdadeira tragédia da polêmica em torno do sufrágio negro no interior da Associação pela Igualdade de Direitos é que a visão de Douglass de que o direito ao voto remediaria quase todos os males da população negra pode ter encorajado o severo racismo das feministas em sua defesa do sufrágio feminino.

[1] Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 2: 1861-1876 (Rochester, Charles Mann, 1887), p. 94-5 (nota).

[2] Ibidem, p. 172.

[3] Ibidem, p. 159.

[4] Ibidem, p. 188.

[5] Ibidem, p. 216.

[6] Elizabeth Cady Stanton, *Eighty Years and More*, cit., p. 240.

[7] Ibidem, p. 240-1.

[8] Ibidem, p. 241.

[9] Miriam Gurko, *The Ladies of Seneca Falls*, cit., p. 213.

[10] Idem.

[11] Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v.

2, cit., p. 214.

[12] Eleanor Flexner, *Century of Struggle*, cit., p. 144.

[a] Aprovada em 1866, a lei previa que todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos, sem distinção de raça, cor ou situação prévia de escravidão ou servidão involuntária, eram iguais perante a lei e tinham garantidos os mesmos direitos, incluindo os de firmar contratos, abrir processos judiciais, apresentar evidências à Corte e comprar, vender e alugar imóveis e bens pessoais. (N. T.)

[13] Robert Allen, *Reluctant Reformers*, cit., p. 143.

[14] Philip S. Foner, *The Life and Writings of Frederick Douglass*, v. 4, cit., p. 167. Essa passagem vem de um discurso intitulado "The Need for Continuing Anti-Slavery Work" [A necessidade de prosseguir no combate à

escravidão], pronunciado por Douglass no 32º Encontro Anual da Sociedade Antiescravagista Estadunidense, em 9 de maio de 1865. Originalmente publicado em Liberator, 26 maio 1865.

[15] Ibidem, p. 17.

[16] Ibidem, p. 41.

[17] Herbert Aptheker, A Documentary History of the Negro People in the United States, v. 2, cit., p. 553-4. Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Memphis Riots and Massacres [Ataques e massacres de Memphis], 39º Congresso, 1ª sessão (n. 1274), relatório n. 101, p. 160-1 e 222-3.

[18] William Z. Foster, The Negro People in American History, cit., p. 261.

[19] W. E. B. Du Bois, Black Reconstruction in America (Cleveland/Nova York, Meridian, 1964), p. 670.

[20] Ibidem, p. 671.

[21] Ibidem, p. 672.

[22] De acordo com Philip S. Foner, "Douglass fez objeções aos elogios de Susan Anthony à defesa do sufrágio feminino feita por James Brooks no Congresso, destacando que se tratava apenas de 'um truque do inimigo para atacar e ameaçar o direito dos homens negros'. Brooks, ex-editor do New York Express, um jornal brutalmente antinegro e pró-escravidão, estava encenando para as líderes do movimento de mulheres de modo a garantir que elas apoiassem a oposição ao sufrágio negro. Douglass alertou que, se as mulheres não enxergassem além desse artifício dos ex-proprietários de escravos e de seus aliados no Norte, 'haverá problemas no interior de nosso grupo'", The Life and Writings of Frederick Douglass, v. 4, cit., p. 41-2.

[23] Elizabeth Cady Stanton, Susan B.

Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 2, cit., p. 245.

[24] Elizabeth Cady Stanton, *Eighty Years and More*, cit., p. 256.

[25] Miriam Gurko, *The Ladies of Seneca Falls*, cit., p. 223.

[26] *Ibidem*, p. 223-4.

[27] *Ibidem*, p. 221. Ver también Elizabeth Cady Stanton, *Eighty Years and More*, cit., p. 256.

[28] Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 2, cit., p. 382.

[29] Philip S. Foner, *The Life and Writings of Frederick Douglass*, v. 4, cit., p. 44.

[30] *Idem*.

[31] *Idem*.

[32] Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 2, cit., p. 222. Ver também Gerda Lerner (org.), *Black Women in White America*, cit., p. 569.

[33] Philip S. Foner, *The Life and Writings of Frederick Douglass*, v. 4, cit., p. 212 (carta a Josephine Sophia White Griffing, Rochester, 27 set. 1968).

[34] Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 2, cit., p. 928. Sojourner Truth criticava a abordagem de Henry Ward Beecher da questão do sufrágio. Ver a análise de Robert Allen, *Reluctant Reformers*, cit., p. 148.

[35] Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 2, cit., p. 391. Frances E. W. Harper alertou a plateia sobre os perigos do racismo ao descrever a situação em Boston, onde sessenta mulheres

brancas abandonaram o emprego em protesto à contratação de uma mulher negra (ibidem, p. 392).

[36] Robert Allen, *Reluctant Reformers*, cit., p. 145.

[37] Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., *History of Woman Suffrage*, v. 2, cit., p. 214. Ver também Robert Allen, *Reluctant Reformers*, cit., p. 146.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA BOITEMPO

FEMINISMO

Deslocamentos do feminino

Maria Rita Kehl

Orelha Marilena Chaui

Feminismo e política: uma introdução

Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel

Orelha Renata Gonçalves

Mulher, Estado e revolução: política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936

Wendy Goldman

Prefácio Diana Assunção

Orelha Liliana Segnini

Coedição ISKRA

Reivindicação dos direitos da mulher

Mary Wollstonecraft

Prefácio Maria Lygia Quartim de Moraes

Orelha Diana Assunção

Tradução Ivania Pocinho Motta

Apoio ISKRA

COLEÇÃO MARX-ENGELS

Sobre o suicídio

Karl Marx

Prefácio Michael Löwy

Tradução Francisco Fontanella e Rubens

Enderle

COLEÇÃO O MUNDO DO TRABALHO

Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais

Alice Rangel de Paiva Abreu, **Helena Hirata** e
Maria Rosa Lombardi (orgs.)

Prefácio Tatau Godinho

Orelha Renata Gonçalves

Quarta capa Miriam Nobre

Tradução Carol de Paula

Nova divisão sexual do trabalho? Um
olhar voltado para a empresa e a
sociedade

Helena Hirata

Tradução Wanda Nogueira Caldeira

SELO BARRICA DA

Último aviso

Franziska **Becker**

Quarta capa Laerte

Tradução Nélio Schneider

SELO BOM TÁ

As mulheres e os homens

Idealização e texto Equipo Plantel

Ilustrações Luci Gutiérrez

Faixa etária indicada: a partir de 8 anos

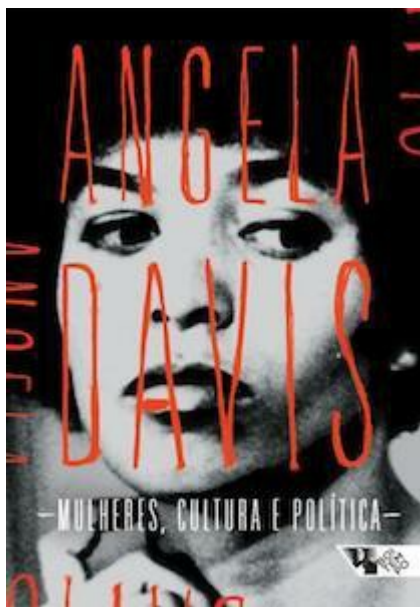
O que são classes sociais

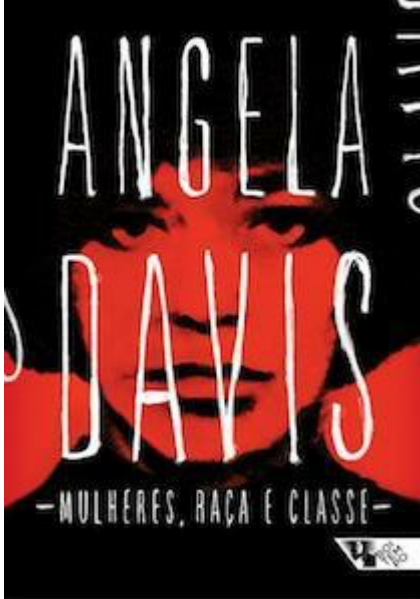
Idealização e texto Equipo Plantel

Ilustrações Joan Negrescolor

Faixa etária indicada: a partir de 8 anos

#LeiaAngelaDavis





ANGELA

DAVIS

-MULHERES, RAÇA E CLASSE-



Assista na TV Boitempo:



Debate “Angela Davis e a revolução da mulher negra”, com Djamila Ribeiro e Rosane Borges



Debate “A mulher negra e a renovação da esquerda” com Djamila Ribeiro e Rosane Borges

Ler Angela Davis no Brasil // por Djamila Ribeiro



“Ler Angela Davis no Brasil”, com Djamila Ribeiro



“Angela Davis e a teoria social no Brasil” com Rosane Borges

de uma situação de isolamento social e econômico. Com frequência, a casa é tomada pelo sentimento de solidão, de falta de remuneração da dona de casa. O trabalho doméstico sofrido pelas donas de casa é muitas vezes invisível em uma comunidade que ainda não dá ênfase à relação às mulheres que trabalhavam fora. É claro que não se pode dizer que muitas das trabalhadoras não tinham um emprego. Cozinheiras, costureiras, operárias, datilógrafas, vendedoras de lojas de departamentos, etc., tinham a possibilidade de deixar o isolamento de sua casa, “sair e vender”, e ganhar mais do que elas quanto seus ganhos. Será que as donas de casa que sentem falta de dinheiro teriam bem a ideia de ser pagas por aquilo que as deixa loucas? A vida o dia toda é como se a casa fosse uma prisão – será que a remuneração doméstica é o caminho realista para escapar dessa cadeia é procurar um emprego? Será que todas as mulheres dos explorar as novas necessidades históricas e sociais? Será que elas vão abandonar seus papéis como donas de casa? Cadeias de fast-food e lojas de conveniência como a McDonald's e a Wal-Mart são testemunhas de que as mulheres não estão deixando de fazer suas preparações em casa diariamente. Por mais que seja sem nutrição seja sua comida, por mais colorida que seja a decoração, essas empresas de fast food chamam a atenção para a cada vez que uma dona de casa sai de casa. É necessário, claro, que as instituições sociais assumam uma boa parcela das velhas obrigações da dona de casa. É um desafio que emana da necessidade de vez maiores de mulheres de serem trabalhadoras. A reivindicação por atendimento mais eficiente em creches e universidades é uma consequência do número crescente de trabalhadoras. A reivindicação por melhores condições de trabalho é uma reivindicação por “trabalhos” em geral. O trabalho doméstico não é considerado um trabalho, e as mulheres são cada vez mais levadas a trabalhar fora de casa. (1987, p. 11)



Siga a Boitempo

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR



/blogdaboitempo.com.br



/boitempo



@editoraboitempo



/imprensaboitempo



@boitempo

© desta edição Boitempo, 2016

© Angela Y. Davis, 1981

Tradução do original em inglês *Women, Race & Class* (Nova York, Random House, 1981; Vintage, 1983), publicada mediante acordo com a Random House, divisão da Penguin Random House LLC.

Direção editorial

Ivana Jinkings

Edição

Bibiana Leme

Assistência editorial

Thaís Burani

Tradução

Heci Regina Candiani

Preparação

Mariana Tavares

Coordenação de produção

Livia Campos

Capa, aberturas e imagens internas

Ronaldo Alves

Diagramação

Antonio Kehl

Equipe de apoio: Allan Jones / Ana Yumi Kajiki /
Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos /
Giselle Porto / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira /
Kim Doria / Leonardo Fabri / Marlene Baptista /
Maurício Barbosa / Renato Soares / Tháís Barros /
Tulio Candiottto

Versão eletrônica

Produção

Kim Doria

Diagramação

Schäffer Editorial

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE
LIVROS, RJ

Davis, Angela, 1944-

Racismo no movimento sufragista feminino
[recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci
Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo,
2018.

recurso digital

Tradução de: Racism in the woman suffrage
movement

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-85-7559-605-0 (recurso
eletrônico)

1. Mulheres - Estados Unidos - História. 2.
Racismo - Estados Unidos. 3. Feminismo. 4.
Estados Unidos - Relações raciais. 5. Estados Unidos
- Condições sociais. 6. Livros eletrônicos. I.
Candiani, Heci Regina. II. Título.

18-47312

CDD: 305.4
CDU: 316.346.2-055.2

22/01/2018 23/01/2018

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro
sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: setembro de 2016

BOITEMPO EDITORIAL

www.boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.wordpress.com

www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/user/imprensaboitempo

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br

"NÃO SE PODE FALAR SOBRE MIEVILLE
SEM USAR A PALAVRA 'BRILHANTE'." — URSULA K. LE GUIN

CHINA MIEVILLE

ESTAÇÃO PERDIDO

SÉRIE BAS-LAG



Estação Perdido

Miéville, China

9788575594902

610 páginas

[Compre agora e leia](#)

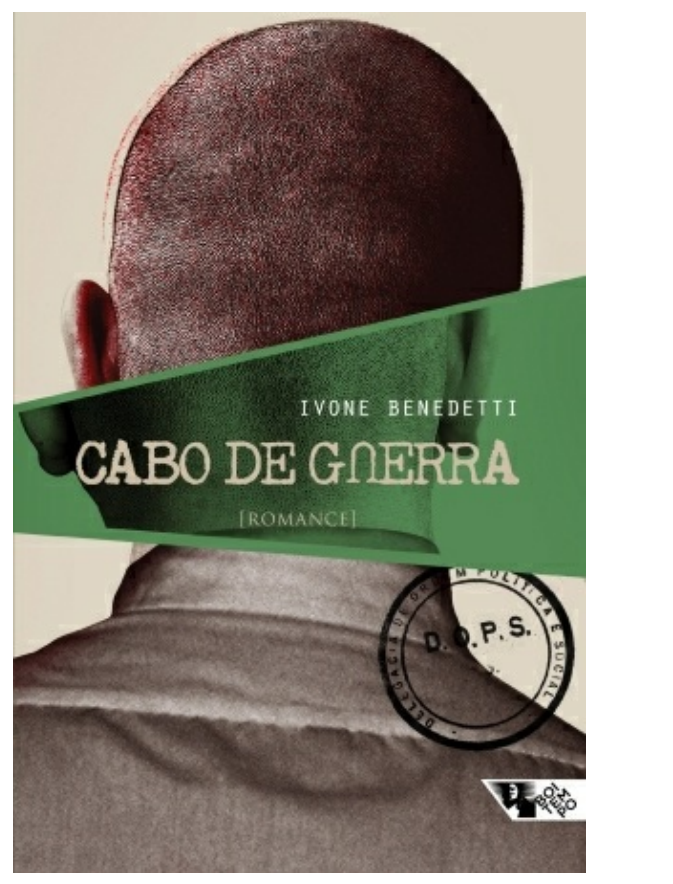
"Com seu novo romance, o colossal, intricado e visceral Estação Perdido, Miéville se desloca sem esforço entre aqueles que usam as ferramentas e armas do fantástico para definir e criar a ficção do século que está por vir." – Neil Gaiman "Não se pode falar sobre Miéville sem usar a palavra 'brilhante'." –

Ursula K. Le Guin O aclamado romance que consagrou o escritor inglês China Miéville como um dos maiores nomes da fantasia e da ficção científica contemporânea. Miéville escreve fantasia, mas suas histórias passam longe de contos de fadas. Em Estação Perdido, primeiro livro de uma trilogia que lhe rendeu prêmios como o British Fantasy (2000) e o Arthur C. Clarke (2001), o leitor é levado para Nova Crobuzon, no planeta Bas-Lag, uma cidade imaginária cuja semelhança com o real provoca uma assustadora intuição: a de que a verdadeira distopia seja o mundo em que vivemos. Com pitadas de David Cronenberg e Charles Dickens, Bas-Lag é um mundo habitado por diferentes espécies racionais, dotadas de habilidades físicas e mágicas, mas ao mesmo tempo preso a uma

estrutura hierárquica bastante rígida e onde os donos do poder têm a última palavra. Nesse ambiente, Estação Perdido conta a saga de Isaac Dan der Grimnebulin, excêntrico cientista que divide seu tempo entre uma pesquisa acadêmica pouco ortodoxa e a paixão interespécies por uma artista boêmia, a impetuosa Lin, com quem se relaciona em segredo. Sua rotina será afetada pela inesperada visita de um garuda chamado Yagharek, um ser meio humano e meio pássaro que lhe pede ajuda para voltar a voar após ter as asas cortadas em um julgamento que culminou em seu exílio. Instigado pelo desafio, Isaac se lança em experimentos energéticos que logo sairão do controle, colocando em perigo a vida de todos na

tumultuada e corrupta Nova Crobuzon.

[Compre agora e leia](#)



IVONE BENEDETTI

CABO DE GUERRA

[ROMANCE]



Cabo de guerra

Benedetti, Ivone

9788575594919

306 páginas

[Compre agora e leia](#)

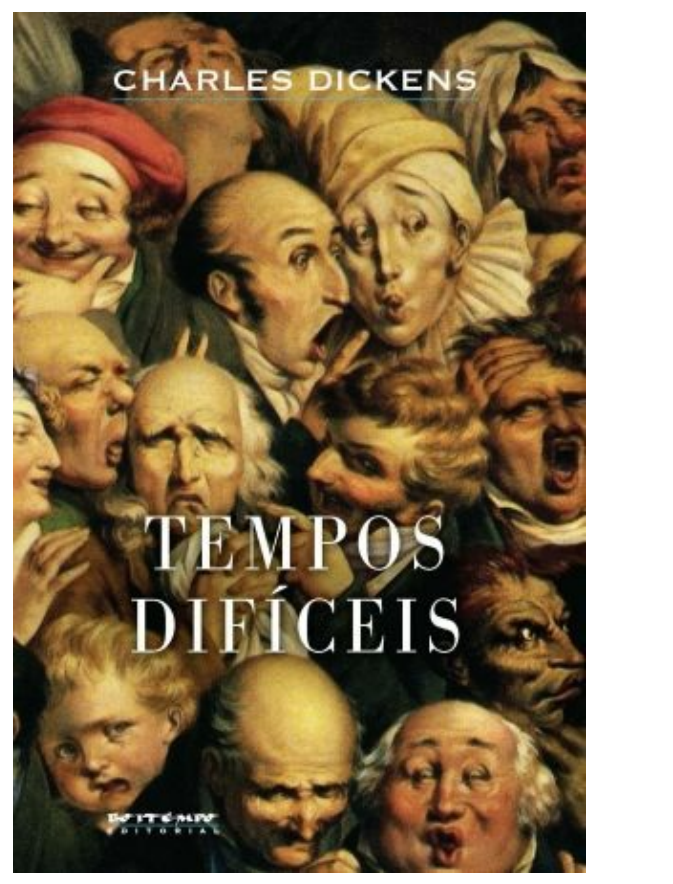
Finalista do Prêmio São Paulo de Literatura de 2010, Ivone Benedetti lança pela Boitempo seu segundo romance, o arrebatador Cabo de guerra, que invoca fantasmas do passado militar brasileiro pela perspectiva incômoda de um homem sem convicções transformado em agente infiltrado. No final da década

de 1960, um rapaz deixa o aconchego da casa materna na Bahia para tentar a sorte em São Paulo. Em meio à efervescência política da época, que não fazia parte de seus planos, ele flerta com a militância de esquerda, vai parar nos porões da ditadura e muda radicalmente de rumo, selando não apenas seu destino, mas o de muitos de seus ex-companheiros. Quarenta anos depois, ainda é difícil o balanço: como decidir entre dois lados, dois polos, duas pontas do cabo de guerra que lhe ofertaram? E, entre as visões fantasmagóricas que o assaltam desde criança e a realidade que ele acredita enxergar, esse protagonista com vocação para coadjuvante se entrega durante três dias a um estranho acerto de contas com a própria existência. Assistido por uma irmã devota e rodeado por uma

série de personagens emersos de páginas infelizes, ele chafurda numa ferida eternamente aberta na história do país. Narradora talentosa, Ivone Benedetti tem pleno domínio da construção do romance. Num texto em que nenhum elemento aparece por acaso e no qual, a cada leitura, uma nova referência se revela, o leitor se vê completamente envolvido pela história de um protagonista desprovido de paixões, dono de uma biografia banal e indiferente à polarização política que tanto marcou a década de 1970 no Brasil. Essa figura anônima será, nessa ficção histórica, peça fundamental no desfecho de um trágico enredo. Neste Cabo de guerra, são inúmeras e incômodas as pontes lançadas entre passado e presente, entre realidade e

invenção. Para mencionar apenas uma, a abordagem do ato de delação política não poderia ser mais instigante para a reflexão sobre o Brasil contemporâneo.

[Compre agora e leia](#)



CHARLES DICKENS

TEMPOS
DIFÍCEIS

EDITADO POR
EDITORIAL

Tempos difíceis

Dickens, Charles

9788575594209

336 páginas

[Compre agora e leia](#)

Neste clássico da literatura, Charles Dickens trata da sociedade inglesa durante a Revolução Industrial usando como pano de fundo a fictícia e cinzenta cidade de Coketown e a história de seus habitantes. Em seu décimo romance, o autor faz uma crítica profunda às condições de vida dos trabalhadores ingleses em fins

do século XIX, destacando a discrepância entre a pobreza extrema em que viviam e o conforto proporcionado aos mais ricos da Inglaterra vitoriana. Simultaneamente, lança seu olhar sagaz e bem humorado sobre como a dominação social é assegurada por meio da educação das crianças, com uma compreensão aguda de como se moldam espíritos desacostumados à contestação e prontos a obedecer à inescapável massificação de seu corpo e seu espírito. Acompanhando a trajetória de Thomas Gradgrind, "um homem de fatos e cálculos", e sua família, o livro satiriza os movimentos iluminista e positivista e triunfa ao descrever quase que de forma caricatural a sociedade industrial, transformando a própria estrutura do romance numa argumentação

antiliberal. Por meio de diversas alegorias, como a escola da cidade, a fábrica e suas chaminés, a trupe circense do Sr. Sleary e a oposição entre a casa do burguês Josiah Bounderby e a de seu funcionário Stephen Blackpool, o resultado é uma crítica à mentalidade capitalista e à exploração da força de trabalho, imposições que Dickens alertava estarem destruindo a criatividade humana e a alegria.

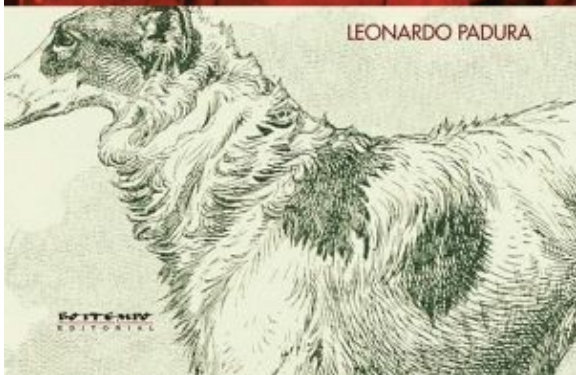
[Compre agora e leia](#)



ROMANCE

O HOMEM QUE AMAVA OS CACHORROS

LEONARDO PADURA



ESPÍRITO
EDITORIAL

O homem que amava os cachorros

Padura, Leonardo

9788575593622

592 páginas

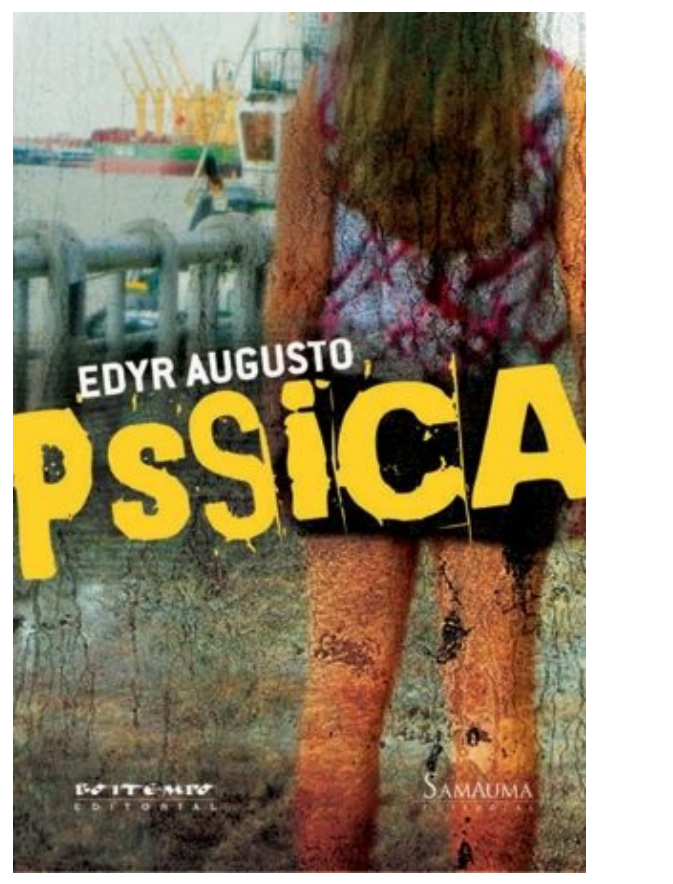
[Compre agora e leia](#)

Esta premiadíssima e audaciosa obra do cubano Leonardo Padura, traduzida para vários países (como Espanha, Cuba, Argentina, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha), é e não é uma ficção. A história é narrada, no ano de 2004, pelo personagem Iván, um

aspirante a escritor que atua como veterinário em Havana e, a partir de um encontro enigmático com um homem que passeava com seus cães, retoma os últimos anos da vida do revolucionário russo Leon Trotski, seu assassinato e a história de seu algoz, o catalão Ramón Mercader, voluntário das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola e encarregado de executá-lo. Esse ser obscuro, que Iván passa a denominar "o homem que amava os cachorros", confia a ele histórias sobre Mercader, um amigo bastante próximo, de quem conhece detalhes íntimos. Diante das descobertas, o narrador reconstrói a trajetória de Liev Davidovitch Bronstein, mais conhecido como Trotski, teórico russo e comandante do Exército Vermelho durante a Revolução de Outubro,

exilado por Joseph Stalin após este assumir o controle do Partido Comunista e da URSS, e a de Ramón Mercader, o homem que empunhou a picareta que o matou, um personagem sem voz na história e que recebeu, como militante comunista, uma única tarefa: eliminar Trotski. São descritas sua adesão ao Partido Comunista espanhol, o treinamento em Moscou, a mudança de identidade e os artifícios para ser aceito na intimidade do líder soviético, numa série de revelações que preenchem uma história pouco conhecida e coberta, ao longo dos anos, por inúmeras mistificações.

[Compre agora e leia](#)



EDYR AUGUSTO

PSSICA

BOITEMPO
EDITORIAL

SAMAUMA
EDITORIAL

Pssica

Proença, Edyr Augusto

9788575594506

96 páginas

[Compre agora e leia](#)

Após grande sucesso na França - onde teve três livros traduzidos -, o paraense Edyr Augusto lança um novo romance noir de tirar o fôlego. Em Pssica, que na gíria regional quer dizer "azar", "maldição", a narrativa se desdobra em torno do tráfico de mulheres. Uma adolescente é raptada no centro de Belém do Pará e

vendida como escrava branca para casas de show e prostituição em Caiena. Um imigrante angolano vai parar em Currallinho, no Marajó, onde monta uma pequena mercearia, que é atacada por ratos d'água (ladrões que roubam mercadorias das embarcações, os piratas da Amazônia) e, em seguida, entra em uma busca frenética para vingar a esposa assassinada. Entre os assaltantes está um garoto que logo assumirá a chefia do grupo. Esses três personagens se encontram em Breves, outra cidade do Marajó, e depois voltam a estar próximos em Caiena, capital da Guiana Francesa, em uma vertiginosa jornada de sexo, roubo, garimpo, drogas e assassinatos.

[Compre agora e leia](#)